

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	23
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	24
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	25
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	26
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	27
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	28
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	496
Preferenciais	1.754
Total	2.250
Em Tesouraria	
Ordinárias	79
Preferenciais	0
Total	79

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	19.399	18.805
1.01	Ativo Circulante	16.691	16.087
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.466	14.623
1.01.03	Contas a Receber	1.151	816
1.01.03.01	Clientes	1.151	816
1.01.04	Estoques	976	594
1.01.06	Tributos a Recuperar	41	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	57	54
1.01.08.03	Outros	57	54
1.02	Ativo Não Circulante	2.708	2.718
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.320	2.320
1.02.02	Investimentos	138	138
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	138	138
1.02.03	Imobilizado	250	260
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	250	260

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	19.399	18.805
2.01	Passivo Circulante	1.798	1.319
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	477	342
2.01.01.01	Obrigações Sociais	178	166
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	299	176
2.01.02	Fornecedores	621	188
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	621	188
2.01.03	Obrigações Fiscais	234	148
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	143	19
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	19
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	89	127
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	2
2.01.05	Outras Obrigações	466	641
2.01.05.02	Outros	466	641
2.02	Passivo Não Circulante	3.095	2.753
2.02.02	Outras Obrigações	3.095	2.753
2.03	Patrimônio Líquido	14.506	14.733
2.03.01	Capital Social Realizado	6.892	6.892
2.03.02	Reservas de Capital	7.614	7.841

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.600	3.190
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.914	-2.527
3.03	Resultado Bruto	686	663
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.354	-971
3.04.01	Despesas com Vendas	-190	-252
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.045	-655
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-119	-65
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-668	-308
3.06	Resultado Financeiro	442	454
3.06.01	Receitas Financeiras	443	455
3.06.02	Despesas Financeiras	-1	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-226	146
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-50
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-226	96
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-226	96

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-226	96
4.03	Resultado Abrangente do Período	-226	96

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-157	-267
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-217	104
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	60	-371
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-157	-267
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.623	14.352
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.466	14.085

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.893	-12	7.851	0	0	14.732
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.893	-12	7.851	0	0	14.732
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-226	0	-226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-226	0	-226
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.893	-12	7.851	-226	0	14.506

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.893	-12	7.460	0	0	14.341
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.893	-12	7.460	0	0	14.341
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96	0	96
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96	0	96
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.893	-12	7.460	96	0	14.437

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	3.436	4.235
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.436	4.235
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.146	-2.338
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.366	-1.919
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-780	-419
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.290	1.897
7.04	Retenções	-10	-8
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10	-8
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.280	1.889
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	442	455
7.06.02	Receitas Financeiras	442	455
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.722	2.344
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.722	2.344
7.08.01	Pessoal	875	904
7.08.01.01	Remuneração Direta	778	803
7.08.01.02	Benefícios	48	46
7.08.01.03	F.G.T.S.	49	55
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.072	1.343
7.08.02.01	Federais	526	648
7.08.02.02	Estaduais	518	657
7.08.02.03	Municipais	28	38
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1	1
7.08.03.01	Juros	0	1
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-226	96
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-226	96

Comentário do Desempenho**PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S/A – PETROLUSA****CIA ABERTA – REGISTRO NA CVM – NR. 009520****CNPJ – MF NR. 07.275.159/0001-68 – NIRE 23300009312****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S/A – Petrolusa, com o respectivo parecer dos Auditores Independentes, referente ao trimestre findo em 31 de Março de 2017.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas seguindo as normas estabelecidas pela Legislação Comercial e Societária e disposições regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

No trimestre encerrado em 31 de Março de 2017, comparado com o do mesmo período de 2016, obtivemos um decréscimo nas vendas em torno de 18,49%, apesar dessa redução houve um aumento no lucro líquido em aproximadamente 42,21%, o fator preponderante para esse crescimento foi a redução do Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos em torno de 24.24%, porém esse resultado foi absorvido pelo ajuste no montante de R\$ 371 (mil) que tivemos que efetuar no saldo da Conta PROVISAO P/CONTIGENCIA FISCAL PAES a qual corresponde a dívida consolidada com a Receita Federal conforme Lei 11.941/2009, resultando com isso um prejuízo líquido no montante de R\$ 226 (mil).

Fortaleza Ce), 10 de Maio de 2017.

MARCELO SANFORD DE BARROS FILHO

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S.A. - PETROLUSA **NOTAS EXPLICATIVAS**

EM 31 DE MARÇO DE 2017

Notas Explicativas

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Informações gerais

A Companhia foi constituída em 13 de setembro de 1967, atualmente com sede social na Rua Amâncio Filomeno, nº 199, Mucuripe, cidade de Fortaleza, Ceará, é uma sociedade de capital aberto domiciliada no Brasil. A Companhia tem como objetivo social preponderante a fabricação e a comercialização de solventes, graxas, massa plástica, massa corrida (PVA), fluidos para freios, pulver oil (óleo para pulverização) e laca seladora.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, bem como normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 10 de maio de 2017.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros.

3. Resumo das principais políticas contábeis

A Administração da Companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das

Notas Explicativas

devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as subsidiárias consolidadas.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

Venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação de serviços, após aprovação do solicitante do mesmo.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

c) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber”.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da

Notas Explicativas

taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota explicativa nº 5.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para redução ao valor de recuperação (*impairment*).

e) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer em face de eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Notas Explicativas

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

h) Propriedade para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou no fornecimento de produtos ou serviços, ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado ou estoque, seu valor justo apurado na data da reclassificação torna-se seu custo para a contabilização subsequente.

i) Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

l) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia e a legislação societária prevêm que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

m) Passivos financeiros não derivativos

Notas Explicativas

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. São reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/03/2017	31/12/2016
Caixa	7	8
Bancos conta movimento	30	119
Certificado de depósito bancário – CDB	14.429	14.496
Total	14.466	14.623

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e apresentaram taxa média de 100% do CDI.

5. Contas a receber

	31/03/2017	31/12/2016
Duplicatas a receber	1.386	1.051
Cheques em cobrança	22	22
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(257)	(257)
Total	1.151	816

	31/03/2017	31/12/2016
Vincendos	1.082	702
Vencidos		
Até 30 dias	12	61
De 31 a 60 dias	7	5
De 61 a 90 dias	9	10
De 91 a 120 dias	3	24
De 121 a 180 dias	-	14
De 181 a 360 dias	8	3
Mais de 360 dias	265	231
	1.386	1.051

A Companhia constitui perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com base na análise individualizada da carteira de clientes, considerando a expectativa de realização dos títulos.

6. Estoques

	31/03/2017	31/12/2016
Matérias primas	459	259
Materiais de embalagem	304	226
Produtos acabados	193	97
Outros	19	12
Total	975	594

Notas Explicativas

7. Investimentos

Participação em outras sociedades

	31/03/2017	31/12/2016
Petrolusa Refinadora de Óleos Ltda.	41	41
Provisão para perdas em investimentos	(41)	(41)
Total	-	-

A investida Petrolusa Refinadora de Óleos Ltda. encontra-se inativa e em processo de baixa do seu registro na Receita Federal do Brasil, motivo pelo qual a Companhia constituiu provisão para perda em valor correspondente.

Propriedade para investimentos

O Pronunciamento Técnico CPC 28 (Propriedades para Investimento) define que as propriedades que sejam mantidas pela Companhia com o objetivo de auferir renda de aluguel ou para valorização do capital caracterizam-se como propriedades para investimento. Por este motivo, a Administração da Companhia definiu que alguns de seus imóveis serão destinados à obtenção de renda por meio de aluguel e valorização de capital, sendo vedada a sua venda. A decisão de tornar alguns ativos em bens destinados à obtenção de renda vem da estratégia da Administração em manter fluxos de caixas contínuos e perenes capazes de suportar os gastos fixos da Companhia de forma que os resultados de sua atividade principal sejam refletidos da melhor forma possível.

	31/03/2017	31/12/2016
Terreno – Recife	123	123
Edificações – Recife	79	79
Depreciação Edificações - Recife	(79)	(79)
Total	123	123
Valor justo da propriedade para investimento	580	580

A Administração da Companhia optou por manter o registro das propriedades para investimentos pelo método de custo.

Título de capitalização Ourocap

A empresa adquiriu títulos de capitalização junto ao Banco do Brasil S/A pelo prazo de 36 meses.

	31/03/2017	31/12/2016
Título de capitalização	15	15
Total	15	15

Notas Explicativas

8. Imobilizado

	31/03/2017			31/12/2016		
	Taxa de Deprec.	Depreciação Custo Acumulada	Total líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Total líquido
Terrenos		19	19	19	-	19
Edificações	4%	1.203	994	1.203	989	214
Instalações	10%	759	759	759	759	-
Máquinas e equipamentos	10%	578	571	578	571	7
Móveis e utensílios	10%	296	283	296	282	14
Computadores e periféricos	20%	156	154	156	151	5
Veículos	25%	1.358	1.358	1.358	1.358	-
Total		4.369	4.119	4.369	4.110	259

A movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo 31/12/2016	4.369	(4.110)	259
Depreciação	-	(9)	(9)
Saldo 30/09/2017	4.369	(4.119)	251

A Companhia realizou revisão das taxas de depreciação e tempo de vida útil destes bens, sendo mantidas as taxas de depreciação utilizadas anteriormente.

9. Obrigações sociais e tributárias

	31/03/2017	31/12/2016
Provisão para férias e 13º salário	173	267
INSS/FGTS	166	176
ICMS	128	89
IPI	40	52
PIS/COFINS	78	61
Outros tributos	81	65
Total	710	666

10. Parcelamento de tributos

	31/03/2017	31/12/2016
Parcelamento – Lei 10.684/2003	96	96
Provisão PAES	775	433
Total8	871	529
Circulante	96	96
Não circulante	775	433

Em junho de 2003, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Paes), nos termos da Lei nº 10.684/03. A Companhia não concordou com a consolidação dos débitos tributários realizados pela Receita Federal do Brasil, motivando questionamentos administrativos.

Em novembro de 2009, a Companhia optou pela migração dos débitos incluídos no Paes para o parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, a qual estabelece condições de redução de multas e encargos moratórios. Em

Notas Explicativas

fevereiro de 2017 a Receita Federal do Brasil concluiu a consolidação dos débitos da Companhia, ocasionando um ajuste de R\$ 371 no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2017.

11. Dividendos a pagar

	31/03/2017	31/12/2016
Relativo ao exercício de 2013	99	99
Relativo ao exercício de 2014	66	66
Relativo ao exercício de 2015	82	82
Relativo ao exercício de 2016	111	111
Total	358	358

Em virtude de a Administração da Companhia não ter conhecimento da localização de parte dos acionistas e não haver manifestações por parte destes, os dividendos são mantidos em provisão por três anos e, posteriormente, revertidos ao patrimônio líquido, conforme determinado no estatuto da Companhia.

12. Provisões para risco cíveis, tributários e trabalhistas

Provisão com probabilidade de perda provável

A Companhia mantém provisão para contingências tributárias passivas, julgada suficiente pelos assessores jurídicos, as quais estão integralmente cobertas por depósitos judiciais, conforme a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
IPI sobre insumos	2.035	2.035
COFINS	180	180
Seguro sobre acidente de trabalho – SAT	105	105
Total	2.320	2.320
Depósitos judiciais	2.320	2.320

A Companhia foi autuada pelo Fisco Federal, no exercício de 1992, em matéria referente ao recolhimento do IPI, do PIS e da COFINS, realizando o depósito judicial por meio de depósito judicial dos montantes envolvidos na autuação. No entanto, a Companhia optou pela desistência do processo em virtude da adesão ao programa de parcelamento instituído pelo Governo, no entanto, optou por não realizar a baixa dos saldos relacionados aos montantes depositados judicialmente.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, as contingências foram compensadas das respectivas provisões para contingências registradas no passivo não circulante, e os valores foram depositados judicialmente, nos mesmos montantes, registrados no ativo não circulante.

Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia possui causas de natureza tributária relativas à contestação de irregularidades de pedidos de compensação e solicitação de restituição do imposto de renda de exercícios anteriores que montam R\$ 656. Os assessores jurídicos da Companhia indicaram a probabilidade de perda possível para estas causas.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital autorizado é composto por 12.000.000 de ações nominativas, não endossáveis e sem valor nominal, das quais 2.250.000 ações foram subscritas e integralizadas:

Notas Explicativas

	Autorizado	Integralizadas
Ordinárias	3.000.000	496.437
Preferenciais		
Classe "A"	2.000.000	226.530
Classe "B"	3.000.000	538.663
Classe "C"	4.000.000	988.370
Total	<u>12.000.000</u>	<u>2.250.000</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam dos seguintes benefícios:

- a) Prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, sem prêmios.
- b) Participação, sem restrições, nos aumentos de capital, decorrentes de incorporação de reservas.

b) Ações em tesouraria

A Companhia efetuou a recompra de 79 (setenta e nove) mil ações representativas de seu capital social, com o objetivo de permanência em tesouraria, visando a maximizar a geração de valor para os acionistas na eventualidade de cancelamento das mesmas.

c) Distribuição de dividendos

Aos acionistas está assegurada a destinação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme legislação em vigor e em observância às disposições estatutárias.

14. Receita operacional líquida

	31/03/2017	31/03/2016
Venda de produtos	3.443	4.232
Deduções e impostos	(843)	(1.047)
Receita operacional líquida	<u>2.600</u>	<u>3.190</u>

15. Custo dos produtos vendidos

	31/03/2017	31/03/2016
Materiais	1.367	1.947
Pessoal	335	369
Encargos sociais	142	147
Outros custos	71	64
	<u>1.915</u>	<u>2.467</u>

16. Resultado financeiro líquido

	31/03/2017	31/03/2016
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações financeiras	437	448
Juros ativos	3	5
Descontos obtidos	-	2
Outras	2	1
	<u>442</u>	<u>456</u>
Despesas financeiras		
Juros	-	-
Abatimentos	(1)	(1)
Encargos	-	-
	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
	<u>441</u>	<u>455</u>

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

A Companhia registrou lucro real conforme apresentado abaixo:

	31/03/2017	31/03/2016
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda	(227)	145
(+) Adições	23	22
(-) Exclusões	-	-
Lucro real (prejuízo fiscal)	(204)	167
Imposto de renda	-	35
Contribuição social	-	15

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação a contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínuas. Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

A Companhia não operou com derivativos nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Composição dos saldos

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 14 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação), em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros apresentados não possuem diferenças significativas dos valores contabilizados.

	Saldo contábil em 31/03/2017	Valor justo (não auditado) em 31/03/2017	Saldo contábil em 31/12/2016	Valor justo (não auditado) em 31/12/2016
Aplicações financeiras	14.429	14.429	14.495	14.495
Contas a receber de clientes	1.151	1.151	816	816
Fornecedores	621	621	188	188

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Aplicações financeiras

Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras foram avaliadas com base no valor das cotações de mercado desses títulos.

Estoques

Notas Explicativas

A Companhia efetuou o levantamento do valor de mercado de itens em estoque com base no valor de venda efetiva ou com as expectativas do valor de venda, consoante as regras de preços praticadas no mercado.

Concentração de risco de crédito

As contas a receber estão pulverizadas em diversos clientes, resguardando a Companhia dos riscos relacionados à concentração de créditos.

19. Seguros

A Companhia mantém seguro contra incêndio para os bens do imobilizado e estoques. As coberturas foram determinadas pela administração em função dos riscos envolvidos.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

NÃO SE APLICA A COMPANHIA

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

NÃO SE APLICA A COMPANHIA

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos
Conselheiros e Diretores da
Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S.A. – PETROLUSA
Fortaleza - Ceará

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S.A. – PETROLUSA (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (R3) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R3) – Demonstração Intermediária aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária individual do valor adicionado – DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações financeiras intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Fortaleza, 10 de maio de 2017

BARROS AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-CE 001340/O-9

JOSÉ DA SILVA BARROS
CONTADOR CRC-CE 009280/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

NÃO EXISTE CONSELHO FISCAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S/A – PETROLUSA

CIA ABERTA – REGISTRO NA CVM – NR. 009520
CNPJ – MF NR. 07.275.159/0001-68 – NIRE 23300009312

Fortaleza(Ce), 10 de Maio de 2017

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES S/AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto do Art. 25, inciso VI da Instrução CVM nr. 480, de 7 de Dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de Diretor-Presidente desta Companhia, revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes aos trimestres encerrados em 31/03/2017 e de 31/03/2016.

Permanecemos à inteira disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

MARCELO SANFORD DE BARROS FILHO
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S/A – PETROLUSA

CIA ABERTA – REGISTRO NA CVM – NR. 009520
CNPJ – MF NR. 07.275.159/0001-68 – NIRE 23300009312

Fortaleza(Ce), 10 de Maio de 2017

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES S/PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Servimo-nos da presente para, em atenção ao disposto do Art. 25, inciso V da Instrução CVM nr. 480, de 7 de Dezembro de 2009, declarar que, na qualidade de Diretor-Presidente desta Companhia, nós revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras de nossa empresa, referentes aos trimestres encerrados em 31/03/2017 e de 31/03/2016.

Atenciosamente,

MARCELO SANFORD DE BARROS FILHO
Diretor de Relações com Investidores